



TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

ORDEM DE SERVIÇO N. 10 DE 16 DE AGOSTO DE 1977.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, no intuito de disciplinar a alocação e movimentação dos bens móveis (material permanente) do Tribunal e considerando a necessidade de possibilitar melhor controle desses bens por parte da Seção do Patrimônio,

RESOLVE:

1) Fornecimento de material permanente novo: Preenchida a guia "FM", o Almoxarifado encaminhá-la-á à Seção do Patrimônio que, depois de emplaquetar o Material (se for o caso), o enviará ao órgão requisitante.

2) Movimentação de material permanente em uso: Toda e qualquer movimentação de bens móveis (transferência de uma a outra dependência do Tribunal, mesmo em caráter de empréstimo e por menor que seja o prazo previsto, recolhimento ao depósito de material inservível ou desnecessário, etc.), deverá ser comunicada à Seção do Patrimônio para consignar na ficha respectiva a baixa da responsabilidade e providenciar a remoção, incluindo-se nesta exigência os bens móveis que se destinarem ao uso particular dos Srs. Ministros.

3) Somente será permitida a saída de material, a título de empréstimo a curto prazo, para os funcionários, com autorização escrita do Diretor-Geral e conhecimento da Seção do Patrimônio (art. 195, item II, do E.F.P.).

4) Será responsável direto pelo extravio de bens moveis sujeitando-se às cominações estatutárias o dirigente (Diretores de Secretaria e de Subsecretaria, Assessores e Secretários Executivos) que receber o material permanente e co-responsável o funcionário que o estiver utilizando.

CUMpra-se. Publique-se. Registre-se.

(a.) JOSÉ PEDROSO
DIRETOR-GERAL